

## *Entrevista*

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Santana Tavares  
(Universidade Federal da Bahia)

Prezada Professora Marcia Santana Tavares,

**Espacialidades:** Gostaríamos que a senhora falasse um pouco sobre as novas ferramentas e metodologias da pesquisa em gênero, e como elas se cruzam com a sua própria trajetória acadêmica.

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Santana Tavares:**

Tomamos o gênero como uma perspectiva de análise da realidade social, ou melhor, uma lente que nos permite realizar uma leitura ampliada da vida social e das relações sociais entre homens e mulheres. A metodologia não é pensada como algo exato, em que basta seguirmos uma fórmula e tudo estará resolvido, ao contrário, lidamos com o imprevisto, com as subjetividades e emoções humanas, inclusive a da própria pesquisadora. No meu caso específico, os estudos de gênero têm um viés feminista, isto é, assumem uma perspectiva de transformação social, o que se coaduna com a minha formação profissional, já que sou assistente social. A minha aproximação dos estudos de gênero nos anos 1990 se deu exatamente pela necessidade de obter uma maior compreensão das expressões da questão social, objeto de intervenção do Serviço Social, dentre as quais a questão de gênero. Deste modo, era preciso ouvir as mulheres e é o que tenho feito desde então, seja esquadrinhando suas vivências amorosas, trajetórias no campo das sociabilidades, na família ou trabalho. Nos últimos anos, tenho me debruçado sobre a violência de gênero contra as mulheres e, para tanto, recorrido a alguns instrumentos como histórias de vida, rodas de conversa ou entrevistas em

profundidade que me trazem elementos importantes para refletir sobre a temática de gênero e sua interface com outros marcadores sociais, como raça/etnia, sexualidade, classe social, famílias e geração, ou seja, a partir de uma perspectiva interseccional. Isso, indiscutivelmente, tem se refletido na minha trajetória acadêmica, nas disciplinas que proponho na graduação ou pós-graduação, atividades de extensão e claro, nas pesquisas.

**Espacialidades:** O observatório que a senhora coordena, atualmente desenvolve um projeto que teve início em 2014. O projeto: “A violência de gênero na UFBA: Observar para discutir e intervir”, tem conseguido seu objetivo inicial? A senhora enxerga alguma mudança na legislação que tenha, de fato, mudado a vida dessas mulheres?

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Santana Tavares:**

O projeto teve como objetivo identificar e analisar situações de violência de gênero enfrentadas pelas mulheres na Universidade e nos revelou algumas questões preocupantes, dentre elas, a insegurança das mulheres, o medo de se exporem e não dar em nada, pois aquelas que resolveram denunciar obtiveram como resposta medidas paliativas, sem qualquer viés combativo, de modo a coibir atos de assédio moral e sexual, lesbofobia, agressões físicas, desqualificação intelectual, humilhações entre outros. Cabe ressaltar que das mulheres investigadas 73,4% se autodeclararam pretas e pardas, dentre as quais 43,6% afirmam já ter passado por algum tipo de violência dentro da UFBA e 73,3% conhecem algum caso de violência de gênero ocorrida no meio acadêmico. Outra questão não menos importante é que 53,9% afirmam não conhecer a Ouvidoria, e apenas 18,8% já denunciaram ou conhecem alguma mulher que já denunciou caso de violência de gênero para a mesma. Dentre as mulheres, 92,1% não conhecem nenhuma política

desenvolvida pela UFBA para combater a violência de gênero dentro da instituição, 55,2% afirmam conhecer a Frente Feminista da UFBA, apenas 21,8% das mulheres conhecem o OBSERVE (Observatório Lei Maria da Penha) e 75,9% acreditam que a UFBA não lida com os casos de violência de gênero dentro da instituição. Assim, acho que conseguimos alcançar os objetivos pretendidos, realizamos um diagnóstico que pode contribuir para a formulação de políticas de prevenção e enfrentamento à violência na universidade.

**Espacialidades:** Diante desses dados e pensando a violência de gênero, enquanto algo que deve ser combatido, como os estudos interdisciplinares sobre as relações de gênero e feminismo podem contribuir para a diminuição desse problema e de que maneira, a senhora acredita que esses estudos contribuem para informar a mais mulheres que é preciso denunciar?

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Santana Tavares:**

Os estudos de gênero podem contribuir na formação e conscientização de operadores da Lei, mas também das mulheres em situação de violência. No nosso Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, por exemplo, temos advogadas, psicólogas, assistentes sociais, enfermeiras, defensoras públicas que atuam em serviços da rede de atendimento e proteção à mulher, que a partir das leituras e discussões passam a ter uma nova interpretação e atuação diante das violências enfrentadas pelas mulheres, assim como muitas vezes se dão conta das desigualdades e violências de gênero e elas mesmas enfrentam no âmbito privado e institucional. Os estudos sobre gênero e feminismo, ao contrário de serem demonizados, devem ser difundidos, as mulheres precisam ser melhor informadas, o que não é uma tarefa fácil, mas não desistimos. Hoje temos uma graduação,

oferecemos cursos de especialização *on line*, promovemos eventos, nos articulamos com outras universidades e grupos de pesquisa, temos uma revista eletrônica, além de atuarmos em parceria com a SPM, GEDEM, Defensoria Pública entre outros órgãos.

**Espacialidades:** Através das entrevistas realizadas com essas mulheres, quais eram as relações cotidianas entre elas e os seus parceiros?

**Profª. Drª. Marcia Santana Tavares:**

Eram relações sem afeto, permeadas por uma série de violências (física, emocional, patrimonial etc.), algumas das quais sequer se davam conta, cujos efeitos se manifestavam através de sentimentos de solidão, inadequação, desamparo, depressão. Este foi um trabalho que me marcou muito, eu ficava sentada enquanto elas me contavam suas vidas e muitas dores. Ainda hoje comento com minhas alunas em sala de aula sobre o respeito e cuidado com que devemos escutar essas mulheres, mas também sobre o meu sentimento de impotência e angústia após o término de nossos encontros, porque não tinha como resolver seus problemas, cujas raízes eram tão profundas. O que poderia lhes oferecer como retorno? A fala de uma delas, ao descrever que felicidade para ela era pela primeira vez na vida estar sendo ouvida me serve de lastro até hoje.

**Espacialidades:** Desta forma, como a senhora encara as recentes manifestações que ocorrem ao redor do globo, a exemplo das campanhas em prol da legalização do aborto na Argentina, e quais são as pautas mais abordadas atualmente?

**Profª. Drª. Marcia Santana Tavares:**

As mulheres vêm se mobilizando em prol da legalização do aborto,

hoje temos manifestações potentes, inclusive nas redes sociais, mas não nos iludamos, a ordem patriarcal de gênero continua bem viva, o Estado e a Igreja comungam interesses e, como foi na Argentina, mais uma vez o Estado logrou êxito e usou do seu poder para negar às mulheres o direito de decidirem sobre seus corpos, usurpando sua autonomia individual. No Brasil não é diferente, desde os anos 1980 uma das pautas da luta feminista é a legalização e descriminalização do aborto e, o slogan ‘nosso corpo nos pertence’ utilizado à época permanece atual, pois as reivindicações das mulheres continuam sendo secundarizadas e ignoradas, bem como a morte de tantas mulheres que realizaram abortos clandestinos e são julgadas pelos setores mais reacionários, o que tão somente denuncia a hipocrisia da nossa sociedade. Não são à toa, portanto, as ameaças sofridas pela antropóloga Débora Diniz, da UNB, ao “ousar” defender a legalização do aborto. Outras pautas também têm se destacado, a exemplo da violência contra as mulheres, o feminicídio, o assédio sexual, a LGBTfobia etc.

**Espacialidades:** Como a senhora percebe que as discussões de gênero e as relações de poder a elas inerentes interferem na produção e/ou concepção dos espaços?

**Profª. Drª. Marcia Santana Tavares:**

O gênero é um elemento estruturante das relações sociais e como coloca Joan Scott, é uma maneira inicial de conferir significado às relações de poder. Compreendo relações de gênero como relações de poder assimétrico que um sexo exerce sobre o outro, mais precisamente, que o homem (ainda) exerce sobre a mulher. Esse modelo relacional é forjado desde o processo de socialização e reproduzido nas mais diferentes instâncias e espaços, na família, na escola, no trabalho, nas músicas que ouvimos, filmes e novelas que

assistimos etc. Como consequência, homens e mulheres aprendem a pensar, falar, se comportar e agir de forma diferente, assim como ocupam posições e ocupações distintas na sociedade. A dicotomia público/privado permanece sob novos desenhos, mas as relações de poder ainda inscrevem espaços considerados próprios ou impróprios para as mulheres. As desigualdades de gênero no Brasil comprovam que no mercado de trabalho, por exemplo, mesmo exercendo as mesmas atividades, homens brancos recebem salários superiores do que mulheres brancas, cujos rendimentos são superiores ao de homens negros e mulheres negras. Já na zona rural, mesmo as mulheres trabalhando lado a lado com os homens na agricultura familiar, o trabalho delas é desconsiderado enquanto tal, sendo classificado como mera “ajuda”, que somada aos afazeres domésticos, pelos cuidados e reprodução do grupo familiar, produz o alongamento da sua jornada de trabalho, sem que sequer se deem conta.

**Espacialidades:** A senhora percebe essas relações em suas pesquisas de que modo? Poderia trazer algum exemplo para nossos leitores?

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Santana Tavares:**

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e o Observatório fizeram um diagnóstico para a SPM na Bahia, em 2016, na ocasião constatamos que se a precariedade dos serviços e morosidade no atendimento são constantes nas capitais, nos interiores a situação é muito mais grave, pois em vários interiores não há políticas e serviços fundamentais para o enfrentamento à violência contra as mulheres. As mulheres que sofrem violência não têm a quem recorrer, o autor de violência conhece ou trabalha na Delegacia, a casa abrigo fica na capital e se residem na zona rural, a distância entre as sebes impede qualquer possibilidade de socorro, o

que as faz muitas vezes suportar todo tipo de violência, pois, como constatou uma orientanda em sua pesquisa, os homens são os provedores que garantem o sustento econômico do grupo familiar, como colocou uma das mulheres, o homem é “a cumeeira da casa”, ou seja, sem eles elas não conseguem se manter, devendo tudo suportar, embora haja algumas que conseguem se libertar e se empoderar, particularmente aquelas que têm uma participação mais ativa nos movimentos de trabalhadoras do campo e sindicatos.